

DIVERSIDADE SEXUAL
E DE GÊNERO E NO
DESCENTRAMENT
UM MANIFESTO *QUEER* CABO

DIVERSIDADE SEXUAL
E DE GÊNERO E NOVOS
DESCENTRAMENTOS:
UM MANIFESTO *QUEER* CABOCLO

ESTÊVÃO FERNANDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

FABIANO GONTIJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E NOVOS DESCENTRAMENTOS: UM MANIFESTO QUEER CABOCLO

Resumo

Este artigo, escrito em retórica ensaística, propõe uma abordagem para a compreensão da diversidade sexual e de gênero e dos descentramentos desde um olhar queer em cuja base reside a crítica colonial e das estruturas políticas, históricas e culturas de normalização e consolidação da práxis heteropatriarcal, branca, moderna e de classe média. Deste modo, a proposta do texto vai no sentido de apontar uma sobreposição entre categorias tais como raça, etnia, sexo, dentre outras, a ser compreendida dentro de um olhar epistemopolítico radical.

Palavras-Chave: Queer; colonialismo, interseccionalidade, sexualidade, Amazônia.

SEXUAL AND GENDER DIVERSITY AND NEW DEVIATIONS: A QUEER CABOCLO MANIFESTO

Abstract

This article, written in essay rhetoric, proposes an approach to the understanding of sexual and gender diversity and deviations from a queer perspective based on colonial criticism and political, historical and cultural structures of normalization and consolidation of the heteropatriarchal, white, modern and middle class praxis. Thus, the proposal of the text is to show an overlap among categories such as race, ethnicity, gender, and others, to be understood within a radical epistemopolitical view.

Keywords: Queer, colonialism, intersectionality, sexuality, Amazon.

DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO Y NUEVOS DESCENTRAMIENTOS: UN MANIFIESTO QUEER CABOCLO

Resumen

Este artículo, escrito en retórica de ensayo, propone un abordaje para la comprensión de la diversidad sexual y de género y los descentramientos desde una mirada *queer* en cuya base reside la crítica colonial y de las estructuras políticas, históricas y culturales de normalización y consolidación de la praxis heteropatriarcal, blanca, moderna y de clase media. De esta manera, la propuesta del texto va en el sentido de apuntar a una superposición entre categorías como raza, etnia, sexo, entre otras, para ser comprendida en una mirada epistémico-política radical.

Palabras clave: Queer, colonialismo, interseccionalidad, sexualidad, Amazonia

Endereço do autor para correspondência: Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Rondônia. Campus José Ribeiro Filho. BR – 364, Km 9,5 (Sentido Acre). CEP: 76801-059. Porto Velho – RO.

Este não seria, certamente, o texto que originalmente nós submeteríamos a esta edição da *Amazônica*. Infelizmente, temos adotado, em nossa retórica antropológica, cada vez mais uma perspectiva *na medida do possível epistemológico* neutra, objetiva e externa aos fatos, buscando nos posicionar de tal modo no exterior que trocamos o *locus* político inerente à guinada intersubjetiva pela discreta não-posição, escondidos por trás de uma ou duas dúzias de referências bibliográficas, nos autorizando a não-dizer, reproduzindo – e corroborando – posições de poder – dentro da academia, inclusive – bastante arraigadas em nosso *ethos* institucional, disciplinar/disciplinado e dessituado/dessituacionado. Este texto se propõe, talvez de forma bastante visceral e intuitiva, a recuperar o espírito do texto de “Apresentação” do primeiro dossiê que organizamos na *ACENO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, juntamente com Moisés Lopes e Martinho Tota (Fernandes, Gontijo, Tota & Lopes 2016).

Naquele texto, chamávamos a atenção para a mudança nos rumos que a política brasileira impunha/impõe no que diz respeito ao estudo da diversidade sexual e de gênero em contextos como os que nos propomos a investigar – sujeitos étnica e/ou racialmente posicionados, coletivos rurais e/ou interioranos, culturas não centradas em uma retórica moral(izante) moderna de classe média urbana e branca, etc., que tendem a ser subalternizados como parte da própria dinâmica social de uma sociedade como a nossa, colonizada, heteronormativa, “cozinha”

e omissa. Neste contexto, chamar ao primeiro plano enunciatório tais vozes, em especial desde seu cruzamento com questões de sexo, afeto e gênero, traz à lume as contradições de um sistema de normalizações compulsórias que somente existe para justificar sua própria existência. Desta forma – e chamávamos a atenção a isso naquela “Apresentação” –, a divisão entre a epistemologia e uma visada politicamente engajada soa não apenas vazia, mas cínica e contraprodutiva. Ao contrário, a proposta de um *queer* caboclo, amazônida, ribeirinho, nos impõe a premência de uma *epistemopolítica contra-reprodutiva*.

De fato, não se trata apenas de propor um conceito de “transversalidade” bem-comportado fazendo uso das tradicionais categorias de gênero, raça, etnia, etc., o que equivaleria à busca por aceitação e integração em um campo acadêmico muito bem delimitado, mas sim, justamente o oposto: um não-integracionismo, um contraponto radical às dinâmicas desde as quais estes outros lugares são esvaziados de seu potencial de crítica aos processos de heteronormatização, enquadramentos coloniais, domesticação do corpo e dos afetos, etc. Não se trata apenas de chamar a atenção aos processos de poder e dominação, mas de torná-los lugar de fala; trata-se de se tomar como lugar privilegiado a fronteira, o não lugar, a “zona de não-ser” (Fanon), o *in-between*, o pós-posicional, o relacional, o *estarsiendo* de que nos fala Rodolfo Kusch alhures. O *queer*, aliás, é notadamente um movimento anti/de/pós/contracolonial, dado que processos de he-

teronormatização, virinormatividade e normalização são partes intrínsecas de um processo mais amplo de incorporação de sujeitos à máquina colonial.

Trata-se não apenas de uma proposta epistemológica – aliás, trata-se de qualquer coisa, *menos* de uma “proposta epistemológica”, posto que nem é proposta, tampouco epistemológica – e, sim, manifestadamente, de uma resposta epistemopolítica desde a qual busque-se desestruturar um olhar que entenda gênero sem apontar, desde as margens, as limitações linguísticas, culturais, mentais e políticas à compreensão da questão sexual dentro de um escopo geopolítico – incluindo aqui a produção do conhecimento.

O que podemos aprender, por exemplo, desde textos *queer* africanos, do pensamento feminista indiano, das críticas *two-spirit*? Em que medida a reprodução de um conjunto de autorxs – quase sempre situados na França ou na Califórnia – nos permitem contrapor de forma radical movimentos de direita que insistem em chamar a educação para a diversidade sexual de “ideologia de gênero”? Até que ponto pode-se levar adiante uma empreitada deste tipo sem levar em consideração o papel de igrejas neopentecostais no interior do Brasil? É possível, por exemplo, compreender os casos de agressão motivados por religião no País sem levar em conta a forma como a homofobia tem se naturalizado em comentários de portais de notícias e redes sociais? Há um aspecto prático nestas ações: no nível do concreto, por que tipo de dialéticas este *poder fazer* passa, tornando-se viável?

Desta forma, um olhar como o proposto aqui provoca uma série de questões.

Como, por exemplo, sexualidade, racialização, generificação, etc., se entrelaçam historicamente, formando um complexo a partir do qual relações de poder se assentam, direcionando afetos, relações e reações cotidianamente? Exemplos disso não faltam: a racialização da sífilis e a política de casamentos interétnicos, estereótipos como o *dxs negrxs sexualizadx*s e/ou *dxs interioranxs ingênuos* (“caipiras”), dentre tantos outros, mostram como estas estruturas se sobrepõem formando mais do que uma mera confluência: são aspectos de imposição de poder sobrepostos e inseparáveis. Sexo e raça, por exemplo, não podem ser separados. A separação destas esferas em caixinhas conceituais bem delimitadas, sem a necessária crítica radical das estruturas que consolidaram sua existência, é hipocrisia – para dizer o mínimo.

O momento pelo qual passamos, com a intensificação e radicalização de discursos de ódio e intolerância nos obriga a uma episteme igualmente radical, oferecendo um contraponto teórico, filosófico e político à altura. Não se trata de se buscar a aceitação ou a inclusão, como já foi dito aqui, mas de se trazer para o lugar de fala as vozes subalternizadas fronteiriças. Um giro epistemopolítico radical e radicalizador, fora do muro, fora do armário, fora da sala de aula. Em vez de inclusão, transgressão para subversão.

Isso requer – a repetição neste ponto é proposital – se apontar de forma

peremptória as várias formas como as lógicas da inclusão e do preconceito seguem caminhos estruturalmente semelhantes, desde seus aparatos discursivos, na [re]produção do conhecimento, inclusive. Trata-se de se romper com o fetichismo em torno de ideias em cuja base reside a intensificação e/ou a reificação dos lugares onde se produz a diferença colonial. É inegável que o pensamento auto-identificado como “ocidental” representa uma contribuição relevante para a compreensão de fenômenos sociais, mas o alcance de tal contribuição é quimérico, se levarmos em conta que junto com a ideia de ocidente há, sub-repticiamente, uma noção limitadora no tocante a outras formas de ser/estar no mundo em cuja base de compreensão se dê fora/além das noções contempladas na visão de *racionalidade* moderna. Feminismos quéchuas ou chicanos, ou autoras como Ella Shohat, ou mesmo autores como Césaire e Mbembe podem nos fornecer um ferramental poderoso para compreendermos o feminicídio, a exploração sexual, o suicídio LGBTIQ-A em contextos não-urbanos, etc.

Novamente, trata-se de instabilizar categorias, descentrando perspectivas que partam de sujeitos centrados e fixos. As várias formas de invisibilidade persistem e existem por conta de um conjunto de normas, instituições, comportamentos, *habitus*, estruturas discursivas, narrativas, imaginárias, *práxis*, condutas, posturas, afetos, desejos, etc., historicamente construídas e socialmente tornadas naturalizadas, mas o esforço não deve se dar somente no sentido de tentar desconstruí-las, e

sim, de subvertê-las a fim de torná-las evidentes. O que movimentos feministas ou LGBTIQ-A na Amazônia ou no campo, por exemplo, podem nos dizer sobre garimpo, desenvolvimento, PAC, grandes obras, exploração sexual nas fronteiras do capitalismo brasileiro – e vice-versa? É possível recuperar a voz desses atores sem filtrá-la em nossa prática acadêmica, neutra, objetiva, externa, e, no fim das contas, morna? Narrar simplesmente suas trajetórias para corroborar a hipótese pensada por algum autor *pop*, como se nosso contexto fosse o de um café às margens do Sena, e não de um pós-golpe institucional branco e hetero-pratriarcal é, em última instância, o de cumplicidade com o *status quo* e com a estrutura de poder que lhe é subjacente.

Novamente: subversão... Quando o *queer* ou a marcha das vadias surgem, trata-se justamente disso, ou seja, de se incorporar um termo até então usado como estigmatizante a fim de *subverter* a ordem vigente e expor as estruturas heteronormadas e virifocadas desde as quais *poder* torna-se um substantivo masculino, de fato. Contudo, quando surge a categoria pastoral “ideologia de gênero”, vê-se o conservadorismo buscando – ênfase no “buscando” – proceder conforme a mesma estrutura, ou seja: toma-se um par de conceitos – *ideologia* e *gênero* – tradicionalmente usados no âmbito das Ciências Sociais e de movimentos sociais a fim de, pelo seu uso em outras esferas (como cultos, portais de direita, etc.), esvaziá-los de seu potencial heurístico. Desta forma, logo “gênero” e “ideologia” serão termos tão inextricavelmente ligados

ao sentido estigmatizado dado pelos “cidadãos de bem” (homens, heterossexuais, etc.) que sua utilização ficará comprometida. Exemplo disso são as situações anedóticas, mas reais, nas quais mesmo termos como “gênero narrativo” e “flexão de gênero”, em português, vêm sendo suprimidas em planos municipais de educação pelo País...

Trata-se de recuperar o aspecto crítico na prática de pesquisa sem que isso fique relegado a alguns parágrafos na introdução e alguns outros, na conclusão. Dessa forma, este manifesto propõe uma radicalização não apenas no que diz respeito aos lugares de enunciação a serem visibilizados em nossas pesquisas e ativismo diário, mas também no tocante a conceitos, perceptos, metodologias e objetos de pesquisa. Propõe também que esta radicalização se dê em nível teórico, na busca da ampliação do instrumental analítico necessário para a compreensão do surgimento, manutenção, ampliação e consolidação desse aparato heteropatriarcal de poder; mas também no nível prático, com a ampliação de fóruns de em/debate, organização de textos em conjunto (como estes dossiês da *Aceno* e da *Amazônica*, por exemplo), surgimento de redes de pesquisadorxs, etc. Além disso, tal agenda pressupõe a superação da divisão de trabalho acadêmico no Brasil, desde a qual os centros (localizados no centro-sul) fornecem teoria – mesmo que reproduzindo autores dos Centros (localizados no norte epistêmico), enquanto ao “resto”, cabe fornecer “experiências”. O que se provoca aqui é, justamente, uma contraposição a esta

retórica em cuja base se encontra a colonialidade e a diferença colonial.

Um olhar fronteiro e subversivo parte, justamente, da problematização desse conjunto estável de categorias dentro do qual elas mesmas surgem, a fim de contribuir para a manutenção da estabilidade desse mesmo sistema. Enfim, o objetivo desse manifesto é o de alertar para os silenciamentos sistemáticos e exortar para que mais e mais pesquisas sejam realizadas na Amazônia, não somente nos contextos urbanos, mas também nos contextos rurais e interioranos e em situações etnicamente diferenciadas da região, levando-se em conta as peculiaridades dos modos de vida dos “caboclos”, dos “ribeirinhos”, do “amazônida” e/ou do “homem amazônico” (Wagley 1974; Miller 1977; Parker 1985; Motta-Maués 1989; Lima-Ayres 1999; Harris 1998; Rodrigues 2006).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Produtividades em Pesquisa para o segundo autor.

REFERÊNCIAS

Fernandes, E., Gontijo, F., Tota, M. & Lopes, M. 2016. Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas. *Novos Descentramentos em Outras Axialidades – Apresentação. ACE-NO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 3, 5, p. 10-13.

Harris, M. What it Means to be a Caboclo: some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object. *Critique of Anthropology*, 18, 1, 1998, p. 83-95.

Lima-Ayres, D. M. A Construção Histórica da Categoria Caboclo. Sobre Estruturas e Representações Sociais no Meio Rural. *Novos Cadernos NAEA*, 2, 2, 1999.

Miller, D. Itá em 1974: um epílogo. In: Wagley, C. *Uma Comunidade Amazônica*. São Paulo: Editora Nacional, 1977 [2ª edição].

Motta-Maués, M. A. A Questão Étnica: índios, brancos, negros e caboclos. In: *Estudos e Problemas Amazônicos*. Belém: Idesp/Sedup, 1989, p. 196-204.

Parker, E. (org.). *The Amazon Caboclo – Historical and Contemporary Perspectives*. Williamsburg: Studies in Third World Societies Publications, 1985.

Rodrigues, C. I. Caboclo na Amazônia: a identidade na diferença. *Novos Cadernos NAEA*, 9, 1, 2006, p. 119-130.

Wagley, C. (org.). *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974.

Recebido entre 24 a 27/02/17

Aprovado em 21/03/17

